



# A EDUCAÇÃO E O CUIDADO DOS BEBÊS NA PANDEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS RELAÇÕES GERACIONAIS, RACIAIS E DE GÊNERO

**Education and Care of Babies in the pandemic: an analysis from generational, racial and gender relations**

Angela Scalabrin **COUTINHO**  
Departamento de Teoria e Prática de Ensino  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba, Brasil  
[angelamscoutinho@gmail.com](mailto:angelamscoutinho@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-3709-8561>

Cintia **CARDOSO**  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba, Brasil  
[cinttiacardoso@gmail.com](mailto:cinttiacardoso@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-5892-2938>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

## RESUMO

O objetivo do artigo é discutir a educação e o cuidado dos bebês no período da pandemia da COVID-19 tomando como referência as categorias raça, geração e gênero. A base teórica interdisciplinar se situa nos campos da educação das relações étnico-raciais, dos estudos de gênero, especialmente os feministas, e dos estudos sociais da infância. Trata-se de um estudo de abordagem mista, quanti-quali, que explora os dados estatísticos sobre o acesso dos bebês à creche e sobre as condições de vida das mulheres com filhos/as. As análises tomam ainda como referência entrevistas com mulheres negras que têm seus bebês em uma creche pública municipal em Florianópolis. A partir da análise dos dados, indica-se que os fatores de desigualdade que marcam o acesso dos bebês à creche já estavam presentes desde antes da pandemia e no caso das condições de vida das mulheres negras com filhos/as, observa-se um processo de precarização da vida, sendo que no contexto estudado destaca-se uma intensa ocupação do tempo das mulheres com os cuidados com os seus bebês e com outras pessoas, a diminuição dos recursos para a subsistência e um processo de confinamento social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação e cuidado. Bebês. Mulheres Negras. Pandemia.

## ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the education and care of babies in the COVID-19 pandemic period, taking generation, race and gender as reference. The interdisciplinary theoretical basis is situated in the fields of education of ethnic-racial relations, gender studies, especially feminists and social studies of childhood. This is a mixed-approach study, quanti-quali, which explores statistical data on babies' access to daycare and on the living conditions of women with children. The analyses also take as reference interviews with black women who have their babies in a municipal public daycare center in Florianópolis. From the analysis of the data, it is indicated that the factors of inequality that mark the access of babies to the day care center were already present since before the pandemic and in the case of the living conditions of black women with children, a process of precariousness of life is observed, and in the context studied stands out an intense occupation of the time of women with the care of their babies and other people, the decrease of resources for subsistence and a process of social confinement.

**KEYWORDS:** Education and care. Babies. Black women. Pandemic.

## INTRODUÇÃO

A educação e cuidado de bebês é um tema de interesse acadêmico e político, e pode ser analisado por um destes primas ou por ambos, o que propomos neste artigo. Do ponto de vista acadêmico, observamos a evolução dos saberes sobre os bebês especialmente no período pós segunda guerra, com o avanço da pediatria e da psicanálise, com uma forte preocupação com as necessidades físicas dos bebês, o que acabou por difundir uma visão universalista deste momento da vida (NEYRAND, 2000; 2002). Embora observe-se o predomínio desta perspectiva por um longo período, a reavaliação das perspectivas teóricas e os movimentos vivenciados socialmente, apontam o final dos anos 1960 e início dos anos 70 como um período em que emerge outra visão em torno do bebê. Essa visão tem uma identificável relação com o lugar político do bebê a partir das demandas apresentadas pelas famílias, que se expressam em: maior participação das mulheres no âmbito do trabalho extra domiciliar; uma forte pressão dos movimentos feministas pelo cuidado público das crianças; novas formas de composições familiares e no final dos anos 1970 e início dos anos 80, o avanço no campo médico da reprodução assistida (NEYRAND, 2000).

A medida em que o bebê se torna um sujeito público, ao menos em termos de reivindicação do seu direito a ocupar este lugar, observamos uma maior atenção dos campos de conhecimento em relação a ele, assim como sua presença de modo mais substancial nas políticas públicas. No que se refere às políticas públicas, citamos como exemplos emblemáticos no Brasil os movimentos pré-constituente, para a inclusão da Educação Infantil como direito de todas as crianças, de 0 a 6 anos, e “Fraldas pintadas”, organizado pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), que reivindicou a inclusão da creche no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2005.

Quanto ao espaço acadêmico, a emergência, nos anos 1980, e a consolidação do campo dos *novos estudos sociais da infância* (HALLDÉN, 2005), que proclama a infância enquanto uma construção social e as crianças como atores sociais ativos nos processos de constituição dos seus mundos de vida, permitem avançar na ruptura com a visão de bebê como sujeito passivo, e com a priorização da sua dimensão biológica. Neste aspecto, a tese em torno da infância como uma variável da análise social, que nunca pode ser completamente separada de outras variáveis como classe, gênero ou raça e etnia (PROUT; JAMES, 2010), é uma balizadora central da defesa da heterogeneidade que marca a experiência de ser bebê.

A maior visibilidade dos bebês nos espaços político e acadêmico nos permite reafirmar o reconhecimento da sua cidadania, afinal eles são dignos de serem estudados por si sós (PROUT; JAMES, 2010) e ter políticas focalizadas em seus direitos. Mas, as políticas têm respondido às necessidades e direitos dos bebês? Basta prover políticas que focalizem os bebês, ou outros sujeitos que se ocupam de modo direto da sua educação e cuidado também devem ser incluídos?

Estas questões são fundamentais no sentido de identificarmos os avanços e desafios para a efetivação da cidadania dos bebês, o que implica o seu reconhecimento como sujeitos públicos. Outrossim, estas questões ganham maior relevância no período histórico-social que nos encontramos, em que a presença de uma pandemia que assola o mundo, provocada pela COVID-19, amplia ainda mais as desigualdades sociais já tão presentes na nossa sociedade, marcada, só para citar algumas, pela desigualdade das condições de vida entre pobres e ricos, pelo racismo, machismo e adultocentrismo.

A partir deste quadro, o objetivo do artigo é discutir a educação e o cuidado dos bebês no período da pandemia tomando como referência as categorias geração, raça e gênero. A base teórica interdisciplinar se situa nos campos dos estudos sociais da infância, da educação das relações étnico-raciais e dos estudos de gênero.

Trata-se de um estudo de abordagem mista, quantitativa e qualitativa, que explora os dados estatísticos obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios<sup>1</sup> (PNAD), sobre o acesso dos bebês à creche, os cuidados com as crianças com menos de 4 anos e sobre a constituição e condições de vida de famílias monoparentais, em especial sobre as condições de vida das mulheres com filhos/as. As análises tomam ainda como referência entrevistas com mulheres negras que têm seus bebês em uma creche pública municipal em Florianópolis.

Na sequência, apresentamos as demais seções, iniciando com uma discussão sobre a creche como contexto público de compartilhamento de educação e cuidado dos bebês. Na seção seguinte, abordamos os dados referentes à relação entre gênero e raça na divisão sexual do trabalho em dois níveis: coletivo e individual, trataremos especificamente das dinâmicas familiares e as condições de vida das entrevistadas, a organização do cotidiano, educação e o cuidado dos bebês na pandemia e a privação

---

<sup>1</sup> Os dados aqui analisados foram coletados em Pnad de diferentes anos. 2015: por meio de um suplemento da Pnad, realizada em parceria com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sobre os aspectos de cuidado com as crianças com menos de 4 anos. 2013-2018: dados relativos ao acesso à creche, com recorte por região, cor/raça e renda, coletados por meio da Pnad e da Pnad contínua e apresentados no Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2020). 2016: dados da Pnad contínua sobre a composição das famílias monoparentais.

de renda. Por fim, apontamos algumas questões no sentido de problematizar os processos de educação e cuidado dos bebês a partir das categorias geração, gênero e raça.

## **A CRECHE COMO CONTEXTO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO E CUIDADO DOS BEBÊS**

Iniciamos essa seção destacando que a creche é, praticamente, o único equipamento público de apoio às famílias na tarefa de educar e cuidar os bebês. Esta instituição, ao longo da sua história, buscou demarcar um caráter pedagógico e intencional no trabalho desenvolvido junto às crianças. Conquistas legais sustentam essa trajetória de luta, como o direito das crianças de 0 a 6<sup>2</sup> anos à educação infantil, proclamado na Constituição de 1988, e a inclusão da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. Contudo, avançar na identidade pedagógica da Educação Infantil não significa negar a sua dimensão social. Corroborar esta dimensão o fato de as instituições compartilharem com as famílias a educação e cuidado das crianças, ou seja, trata-se de uma educação que ocorre em diálogo com os espaços privados familiares, ainda que se diferencie deles. Outro aspecto importante, entre as etapas da Educação Básica é a que possui maior percentual de oferta em jornada integral, acima de 7 horas diárias, respondendo a necessidade dos adultos responsáveis por um espaço público de educação e cuidado das crianças para que possam se ocupar, principalmente, das demandas de provisão da vida.

A visão da creche como mal necessário, ideia presente desde a emergência destas instituições e que se funda na perspectiva de que o melhor para as crianças é permanecer no seio da família e no contato com a mãe, figura que naturalmente deve se ocupar dos seus cuidados, tem se alterado ao longo da história. As mudanças sociais, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o debate sobre a igualdade de gênero, a visibilidade e consideração das novas composições familiares e a evolução da produção dos conhecimentos, tem permitido pensar outro lugar social para as crianças, que reconhece a importância da sua presença em espaços públicos, em contato com outras crianças e da garantia dos seus direitos.

Tais ideias nos permitem compreender por que a suspensão do atendimento diário das crianças nas creches impacta a vida das famílias. Além destes elementos,

---

<sup>2</sup> Embora na legislação a idade indicada seja 0 a 5 anos, utilizo 0 a 6 anos para incluir as crianças que fazem 6 anos após 31 de março e que permanecem na educação infantil.

sem atendimento nestas instituições, muitas crianças têm as condições necessárias para a manutenção de sua vida em risco, pela falta de uma alimentação diária equilibrada, pela permanência em ambientes insalubres, pela ampliação dos riscos a sua proteção, ficando mais suscetíveis a situações de violência. Um dado importante a ser considerado, é o fato de o Brasil ser um país onde, segundo dados da PNAD de 2015, disponíveis no relatório "Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade" de 2017, 73,9% das famílias com renda per capita entre nenhum e um salário mínimo possuem crianças de até 4 anos.

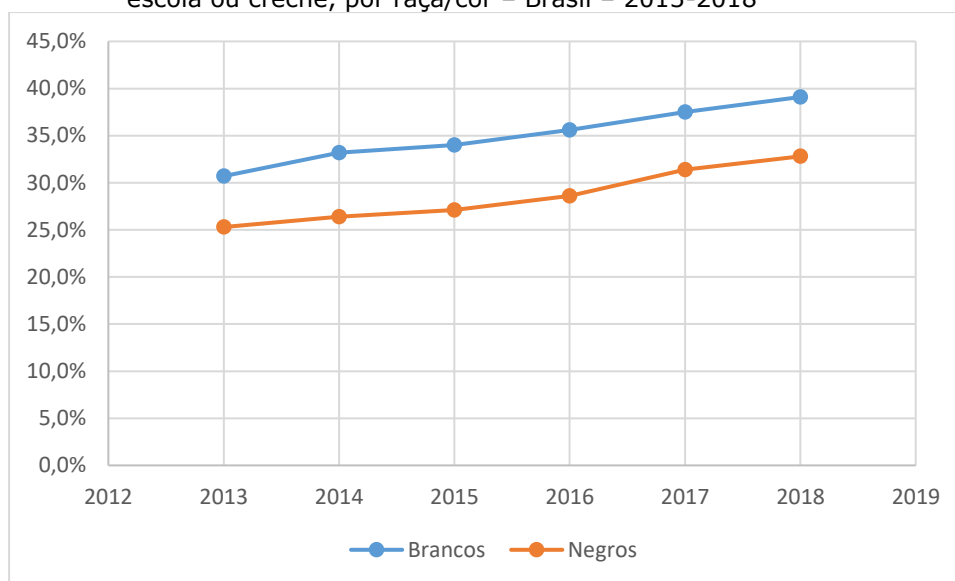
Mas precisamos também considerar que no âmbito do acesso à creche, segundo dados do Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do PNE publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (BRASIL, 2020), em 2018, o Brasil alcançou a cobertura de apenas 35,7% das crianças, o que representa cerca de 3,8 milhões de crianças de 0 a 3 anos matriculadas nesta sub etapa, e neste percentual estão apenas 26,2% das crianças pertencentes aos domicílios que estão no quintil mais baixo de renda e 51% das que estão nos domicílios que pertencem ao quintil mais rico. Quando analisamos esse dado desagregado por região a desigualdade é gritante: na região Norte apenas 19,2% das crianças de 0 a 3 nos estão na creche, seguida pela Centro-oeste com 29,5%, Nordeste com 32,4%, Sudeste com 39,6% e Sul com 42,5%, ou seja, as regiões mais pobres têm a menor cobertura de atendimento em creche no Brasil.

Ainda que a frequência à creche não seja obrigatória, portanto, lidamos com a flexibilidade da escolha das famílias, temos evidências substanciais de que estes percentuais se devem à baixa oferta de vagas e não à demanda, tendo em vista as longas listas de espera nas redes públicas de educação, principalmente para acesso às turmas de 0 a 3 anos, e dados presentes no, já citado, relatório sobre os cuidados com as crianças com menos de 4 anos (IBGE, 2017), apontam que cerca de 50% das famílias que não têm seus filhos ou suas filhas frequentando creche, desejam uma vaga. Deste modo, além de ser uma das poucas políticas sociais voltadas ao compartilhamento da educação e cuidado das crianças, a creche não contempla todas que demandam por uma vaga, a sua ausência é sentida por muitas crianças e famílias desde antes a pandemia da COVID-19 e pelas pobres e moradoras das regiões norte, centro-oeste e nordeste ainda mais.

Outro recorte importante é relativo à raça, tendo em vista a intenção neste texto de conjugar a análise à categoria gênero, pois como veremos na próxima seção, as mulheres que têm enfrentado os maiores desafios neste período de pandemia são as

mulheres negras, tendo em vista que a maioria das mulheres que se ocupam sozinhas da provisão dos filhos e das filhas tem este pertencimento racial, assim como são elas que enfrentam os processos mais perversos de privação de renda. Em termos de acesso à creche, os dados do relatório de monitoramento das metas do PNE (BRASIL, 2020) revelam que há um crescimento da desigualdade de acesso à creche entre crianças brancas e negras, pois ainda que de modo geral tenhamos um crescimento no número de matrículas, quem permanece tendo mais acesso às vagas são as crianças brancas, como bem demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 1** – Percentual da População de 0 a 3 anos de idade que frequentava escola ou creche, por raça/cor – Brasil – 2013-2018



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base em dados do Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2020)

Como é possível observar, entre os anos de 2013 e 2018 houve um crescimento geral nas matrículas, contudo para as crianças brancas o percentual em 2013 era de 30,7% e em 2018 de 39,1% e para as crianças negras em 2013 era de 25,3% e em 2018 de 32,8%, o que nos permite inferir que além das crianças negras ao longo desse período terem menos acesso à creche do que as brancas, a desigualdade com o passar dos anos aumentou, pois de uma diferença de 5,4 pontos percentuais em 2013 passou para 6,3 pontos percentuais em 2018.

Estes dados dão concretude à compreensão de que a exclusão das crianças negras é um problema estrutural na nossa sociedade, como já apontavam os estudos de Rosemberg (1999, 2014, 2015), pois mesmo diante de uma política pública que deveria mitigar desigualdades sociais como a racial e de classe, observamos que as crianças que têm menos acesso à creche são justamente as crianças mais pobres e

negras. Neste sentido, recorreremos ao conceito de interseccionalidade proposto por Crenshaw (2002, p. 177), quando fala dos processos de discriminação: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Além da importância de uma análise da interação entre os eixos de subordinação, a pesquisadora ainda destaca, que este conceito nos ajuda a analisar a forma como “[...] ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Como já destacamos, os eixos centrais de análise neste artigo são gênero, raça e geração. As duas primeiras categorias parecem-nos ocupar lugar de destaque quando miramos os estudos interseccionais, os estudos de Crenshaw são uma boa referência da intersecção entre raça e gênero. Quando se trata de geração, embora Alda Britto da Motta (2004) afirme que a questão etária ou geracional é pouco considerada nos estudos de gênero e que já há uma articulação mais regular e proveitosa quando se trata análise em interação com classe e raça, problematizamos essa articulação regular quando o recorte é a infância, parece-nos que a invisibilidade da infância e ainda mais quanto menos idade tiverem as crianças, têm permitido pouco avanço na problematização dos eixos de subordinação destas na sociedade.

Assim, a confluência entre diferentes categorias e grupos geracionais, como os aqui mobilizados, mulheres-mães-negras e bebês-negros, enquanto categorias analíticas interseccionadas se coloca como central quando nos propomos a discutir a educação e cuidado dos bebês em uma sociedade ocidental, industrializada, em que as mulheres se ocupam de modo expressivo das atividades de cuidado. De acordo com o estudo sobre o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade, desenvolvido pela Oxfam (2020, p. 10): “as mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas”.

É nesta direção que entendemos que a creche não é uma política que incide apenas na vida do bebê, mas interfere diretamente na vida das mulheres, principalmente se estas forem negras e pertencentes a grupos sociais empobrecidos. Tal relação nos provoca a problematizar o fato de estes grupos sociais serem os mais excluídos da política de creche e sobre o impacto que a ausência deste atendimento, como o causado neste momento pela pandemia, pode trazer para a vida destas mulheres e bebês.

## CONEXÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM DOIS NÍVEIS: COLETIVO E INDIVIDUAL

As discussões sobre a divisão sexual do trabalho não são recentes em nenhum dos dois níveis: individual e coletivo. As pesquisas e os dados censitários ao longo da história, apontam o atravessamento dessa divisão nas relações sociais.

A divisão sexual do trabalho permeia os arranjos, articulada a outros fatores que posicionam e abrem ou restringem as alternativas: mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras; cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional. (BIROLI, 2018, p. 55).

Flávia Biroli (2018) problematiza o cuidado a partir da categoria gênero entendendo-o como um trabalho que se apresenta de modo desigual na vida das mulheres, a depender do seu pertencimento racial e de classe. O peso dessas diferentes variáveis em sobreposição é determinante nas persistentes desigualdades. A situação das mulheres negras exemplifica: os mais baixos salários, empurradas para trabalhos “improdutivos”, sem mais-valia, no entanto essenciais como babás, domésticas, cuidadoras, entre outras (ALMEIDA, 2018).

Essas relações de trabalho que alicerçam a sociedade brasileira constituíram uma realidade que incorporou o racismo e o sexismo como categorias de estratificação social criando uma pirâmide social marcada pelo gênero e raça/cor. Foi no período da escravidão que pessoas brancas criaram uma hierarquia social baseada em raça e sexo posicionando homens brancos em primeiro lugar, mulheres brancas em segundo, apesar de as vezes serem colocadas na mesma posição dos homens negros, estes em terceiro lugar, e as mulheres negras eram as últimas (hooks, 2019). Os meandros dessa guarida histórica são explicados pela autora Sueli Carneiro (2003, p. 119):

*A fortiori*, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a "variável" racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.



Esta compreensão nos interessa de modo especial nas reflexões que pretendemos desenvolver, principalmente a questão que tem ganhado destaque com a suspensão das atividades educacionais presenciais, por conta da pandemia, a sobrecarga das mulheres, em especial das mulheres negras, com a sobreposição de atividades no espaço privado, seja para aquelas que conseguem manter-se em casa cumprindo o distanciamento social, seja para aquelas que seguem com as ocupações laborais fora do ambiente doméstico, mas precisam lidar com as demandas domésticas com a maior permanência das crianças neste espaço, que evidenciam os aspectos individuais da divisão sexual do trabalho. De maneira pertinente, as reflexões de Biroli (2017) nos ajudam a pensar nos lastros desse processo:

A privatização do cuidado com os mais vulneráveis, associada à visão convencional sobre papéis e responsabilidade de gênero, resultaria na redução sistemática da capacidade de agência autônoma pelas mulheres. As restrições nos recursos materiais e no acesso a tempo livre para participação na vida política, por exemplo, podem ter seus efeitos ampliados quando se considera a privatização das relações de cuidado a partir de uma perspectiva de classe e de raça. (BIROLI, 2017, p.122).

Tais questões apontadas pela autora e seus efeitos em uma sociedade desigual ganham notoriedade e são reforçadas quando observa-se um processo de precarização das condições de manutenção material da vida, a sobrecarga de trabalho, que tem implicações na saúde e bem-estar das mulheres e, conseqüentemente, daqueles e daquelas de quem ela se ocupa, com a ampliação do desemprego, dos cortes nos salários, dentre outras formas de diminuição da renda. Isto em um quadro que antes da pandemia já era crítico, pois segundo dados da Pnad Contínua de 2016, no Brasil são mais de 11 milhões de mulheres que se ocupam da provisão da família e desempenham o papel de mãe solo. As mulheres negras são maioria nessa categoria, 61%, e grande parte das casas providas por estas mulheres, 63%, se encontra abaixo da linha da pobreza, ou seja, com uma renda *per capita* de 145 reais mensais.

Partimos destes dados e da problematização de Biroli (2018) para uma leitura sobre a realidade a partir da escuta de 5 mulheres, negras, mães de bebês que frequentam uma creche pública municipal na região central de Florianópolis, para analisar a incidência da pandemia nas relações de educação e cuidados dos bebês. Subdividimos esta seção a partir da análise das condições de subsistência, da organização do cotidiano com o bebê, envolvendo seu cuidado, a sua relação com outras crianças, a relação com a creche e os impactos da pandemia na vida destas mulheres.

## As dinâmicas familiares e as condições de vida das participantes do estudo

Participaram deste estudo 5 mulheres, que têm bebês que frequentam uma mesma creche pública municipal em Florianópolis. Abaixo apresentamos um quadro síntese com os dados informados pelas participantes:

**Quadro 1** – Entrevistadas

Nome <sup>3</sup>	Idade	Profissão	Cor/Raça <sup>4</sup>	Composição Familiar	Idade do Bebê
Francielle	31	Técnica de enfermagem	Negra	Francielle, o companheiro e três filhos	Gestação de 8 meses e um bebê de 2 anos
Jéssica	29	Vendedora (no momento desempregada)	Negra	Jéssica, dois filhos e o companheiro	1 ano e 1 mês
Letícia	25	Do lar	Parda	Letícia, dois filhos e sua mãe	11 meses
Michele	39	Auxiliar de serviços gerais	Preta	Michele, o companheiro e quatro filhos	1 ano
Tereza	23	Auxiliar de Sala (no momento desempregada)	Negra	Tereza, seu filho e sua mãe	9 meses

**Fonte:** As autoras (2020).

As entrevistas foram realizadas virtualmente, entre os dias 10/07/2020 e 14/07/2020, a partir de um roteiro<sup>5</sup> previamente organizado, foram gravadas e a sua sistematização ocorreu a partir da escuta seletiva, realizada mais de uma vez, em que alguns dados foram sintetizados e outros transcritos na íntegra. Diante da riqueza das falas, optamos por apresentar uma sistematização das narrativas de cada entrevistada, para nas seções que seguem nos atermos às análises.

**Francielli:** É técnica de enfermagem, afastada das atividades por estar gestante. Mantém a subsistência com o salário que sofreu uma redução de 70%, “será repostado pelo governo”. **Rotina:** Compartilha com o companheiro os cuidados com as crianças em dias alternados, pois ele trabalha 12/36 horas. “A rotina tem sido agitada. O Lucas, tá com dois anos, quando tinha creche gastava bastante energia e nós não sentíamos tanto, agora em casa direto é outra rotina. É difícil em casa, o Lucas quer pular, tirar as coisas do lugar, acorda agitado, exige bastante agora. Tem também a minha filha

<sup>3</sup> Optamos por utilizar os primeiros nomes das participantes e daqueles por elas citados, a partir da sua autorização.

<sup>4</sup> Mantivemos a nomenclatura utilizada pelas entrevistadas em sua autodeclaração racial.

<sup>5</sup> Roteiro composto pelas seguintes questões: Nome; Idade/ Profissão; Como se autodeclara racialmente segundo as categorias do IBGE? (branca, preta, parda, indígena ou amarela)?; Qual a composição familiar? Idade das crianças?; Qual a fonte de renda para subsistência? Teve acesso algum benefício concedido pelo governo?; Com quem compartilha os cuidados do bebê? Como organiza o cotidiano?; Como tem sido o convívio com o bebê?; O impacto na vida com a ausência da creche?; As relações sociais que o bebê estabelece?; Tem contato com outras crianças? Com quem brinca?; Como tem sido a relação creche x família em tempos de pandemia?; O impacto da pandemia como mulher/mãe?

que tem as atividades da escola. Mas tô dando conta, é cansativo”. **Relação creche x família:** “A creche faz muita falta, as professoras são ótimas, têm enviado atividades, umas coisinhas bem interessantes para fazer com ele. Esse convívio faz muita falta. Muito bom esse contato fora da creche através das redes sociais”. **Impacto:** “Ninguém esperava essa pandemia, acabou afastando todos do convívio social e eles não têm contato com crianças, uma vez ou outra que deixo brincar, tento evitar. A creche, a escola fazem muita falta, um lugar que eles brincavam, gastavam energia, se relacionavam. O Lucas aprendia muitas coisas com as crianças e a professora, se desenvolvia muito mais com o contato com/na instituição, a meu ver”. **O impacto da pandemia como mulher/mãe:** “Eu acabo não tendo tempo para mim, para ler, estudar, para fazer a sobancelha, acaba sendo mais difícil, só quando ele dorme ou meu marido tá em casa. É corrido! Eu estou com oito meses de gravidez. Sobrecarregada, cansada, frustrada por não poder fazer muita coisa, até para passear não tem onde deixar as crianças pra fazer umas coisas diferentes, tem sido triste não ter a rotina, o que fazia antes, é estressante, tudo isso traz um estresse enorme”.

**Jéssica:** No período da pandemia perdeu o emprego, pois com a falta da creche não teve/tem com quem deixar os filhos. “Agora estou cuidando da minha sobrinha que tem cinco meses para a minha cunhada poder trabalhar, aí tá bem corrido”. Não compartilha os cuidados das crianças com ninguém. “Por enquanto sou eu quem cuido dos meus dois e da minha sobrinha”. **Rotina:** “Tá sendo bastante difícil, eles estão só em casa mesmo, mais tempo comigo, não tem contato com outras crianças”. **O impacto:** “A creche é o meio para eu conseguir trabalhar, parou a creche, eu perdi emprego, perdi tudo”. O auxílio não consigo, tá bem difícil, a falta da creche, nossa! **Relação creche-família.** “Tem um grupo da creche, aí a gente vai mandando fotinha da criança e mostrando como vai o dia a dia”. **Sobre o impacto da pandemia como mulher/mãe.** “Olha, tá difícil, como deu esse negócio do governo, corte, tá bem complicado [...]”.

**Letícia:** Nesse momento mantém a subsistência com o recebimento do auxílio emergencial e a pensão alimentícia. A mãe ajuda com os cuidados do bebê e com o outro filho, também pequeno (3 anos). **Rotina:** “Uma loucura, tem que deixar na casa de alguém quando vou fazer uma faxina”. **Convívio:** As crianças ficam a maior parte do tempo com ela, “brincam com outras crianças da rua, o mais velho as vezes vai para casa da avó”. **O impacto:** “Horrível, não tem como trabalhar, não tem ninguém para ficar com as crianças”. **Relação creche x família:** “Pela internet, eles têm um grupo WhatsApp, aí tem contato com as professoras”. **Sobre o impacto da pandemia como**

**mulher/mãe:** “Agoniada, quero trabalhar, mas não tem ninguém para ficar com as crianças, se tivesse creche eu iria trabalhar, faz muita falta a creche”.

**Michele:** Nesse momento da pandemia o meio de subsistência é o salário que recebe com o emprego de auxiliar de serviços gerais, não teve acesso a nenhum benefício do governo, “apenas o meu FGTS, que já é nosso”. **Rotina:** Divide os cuidados com o bebê no momento da pandemia com o companheiro, que não está trabalhando. “Então, ele toma conta deles para mim poder trabalhar”. **O impacto.** “Estar sem creche nesse momento, para nós pais, está sendo muito difícil, porque assim: o Luiz Arthur precisa ir para creche, até pelo convívio com as crianças, ele estava se adaptando bem com as professoras e as outras crianças. Esperar a pandemia acabar para ver se a vida retoma”. **Convívio:** “O tempo que tenho pra ele: eu trabalho das 13:00h as 22:00h, mas eu tenho a manhã para ele. Depois que eu saio o meu marido toma conta. Eu fico com ele, a gente brinca, ele come, toma banho. Antes de sair para trabalhar todos os dias eu dou banho nele. Tenho um cuidado especial, e assim a gente vai levando”. **O impacto:** “Olha, como mulher e como mãe é um pouco sacrificado não poder levar nossos filhos na rua, levar para passear, até a gente, mãe, mulher, dona de casa e trabalhadora, não poder ir na pracinha, ficar trancada dentro de casa, para ir no supermercado se cuidar o máximo para não transmitir o vírus para eles, mas é o que tá sendo, o que eu faço. Eu ajudo as pessoas no que posso e assim vamos levando a vida”.

**Tereza:** Neste período de pandemia está recebendo o seguro desemprego, chegou a receber uma parcela do auxílio emergencial, mas como estava demorando muito, solicitou o seguro desemprego e agora o está recebendo. Compartilha os cuidados do bebê com a sua mãe. **Rotina:** “Como eu faço pedagogia procuro fazer com ele as coisas dentro da própria pedagogia, uso ele, entre aspas, para fazer as coisas para a aprendizagem dele, as coisas que ele fazia na creche, eu procuro fazer atividades com ele para ele não perder esse vínculo escolar, digamos assim”. O convívio com o bebê “é tranquilo, como ele estava em período de adaptação ainda, estamos fazendo praticamente as mesmas coisas da creche, procuro manter a rotina dele como na creche, o horário, a alimentação, até para ele não perder quando voltar”. **O impacto:** “está sendo um pouquinho complexo, porque talvez, se ele já estivesse na creche, eu teria ido atrás de outro emprego, se não tivesse a pandemia. [...] A parte mais complexa mesmo é a questão do trabalho”. Ele tem contato com outras crianças, primos, inclusive quase da mesma idade que ele. Relação creche-família tem sido via WhatsApp, “a gente conversa por ali, mas não muito, porque as professoras não falam muito, no caso do

G1 que é o dele, é mais as outras, mas na verdade é acompanhando via WhatsApp no grupo”.

Na sequência, apresentamos as análises divididas em categorias que emergiram da consideração das narrativas de vida das cinco mulheres. Nos interessa refletir como tem sido suas condições de vida durante a pandemia do COVID-19, principalmente em relação à educação e cuidado dos bebês. Pesquisas e dados publicados escancaram estatisticamente as desigualdades sociais e raciais no cenário social brasileiro, em que grupos constroem suas vidas vítimas das causas históricas que refletem nas condições materiais de manutenção da vida. Ao ouvir as entrevistadas e suas narrativas as condições não foram diferentes, porém há especificidades no impacto social. Neste sentido, foi possível delimitar categorias que nos ajudam a refletir de maneira mais específica questões como a educação e o cuidado dos bebês na pandemia atribuídos preponderantemente às mulheres, a ausência de políticas sociais para que bebês exerçam sua cidadania, a privação de renda dessas mulheres, a centralidade da creche na vida das famílias, a resignificação do papel da instituição na educação dos bebês e o próprio confinamento.

### **A organização do cotidiano: a educação e o cuidado dos bebês na pandemia**

O cuidado é central na sustentabilidade da vida. A organização de uma sociedade passa pelas dimensões mais amplas do cuidar, não é objetivo aprofundar sobre seus variados entendimentos, porém é importante ressaltar que historicamente o cuidar é um dos pilares na manutenção da sociedade capitalista e são as mulheres, que na lógica do patriarcado, devem se responsabilizar por ele (FEDERICI, 2018).

Em meio a pandemia da COVID-19, o cuidado ganha ainda mais centralidade. Com o distanciamento social e o fechamento das instituições de educação, questionamos quem cuida de quem? Dentre as entrevistadas, a maioria assumiu por completo os cuidados com os bebês, tendo que abdicar das atividades laborais fora do contexto doméstico. Jéssica teve que renunciar ao emprego de vendedora para poder cuidar dos filhos e da sobrinha de cinco meses, para que a cunhada pudesse continuar trabalhando. Letícia também relata uma situação similar, desempregada é com a ajuda da mãe que cuida dos filhos. Sueli Carneiro (2011), inspirada na expressão cunhada pelo poeta Arnaldo Xavier, denomina de “matriarcado da miséria” essa experiência de mulheres negras e mães que, mesmo em um processo histórico de exclusão, criam

redes comunais e têm um papel fundamental de resistência em comunidades miseráveis de todo país, enquanto esperam medidas concretas para reverter a situação.

O cuidado então se sobressai, percebe-se que o cuidado está sempre ligado ao outro em uma cadeia de dependência. Essas mulheres relatam uma jornada contínua de cuidados com as crianças e com os adultos, direta ou indiretamente cuida-se de alguém ou cuida-se de alguém para um outro alguém. Francielli, gestante, conta com a participação do companheiro, em dias alternados, nas situações de cuidado. Tereza também relata e nos dá mais detalhes sobre como esses cuidados ocorrem ao longo do dia, “procuro manter a rotina dele como na creche, o horário, a alimentação, até para ele não perder quando voltar”.

Ao refletir sobre a condição dessas mulheres e as relações de cuidado que foram engendradas com a pandemia, percebe-se, na maioria das situações, um amplo tempo destinado exclusivamente aos cuidados com os/as filhos/as e atividades voltadas para a manutenção da vida, enquanto encontram-se em uma condição de limbo social. Biroli (2017) ao refletir sobre o papel sexista destinado às mulheres na sociedade, aponta à produção da vulnerabilidade que conduz aos efeitos de condicionantes estruturais.

Mesmo com uma jornada exaustiva de trabalho, Michele ao relatar a rotina com o bebê diz: “eu tenho a manhã para ele. Eu fico com ele, a gente brinca, ele come, toma banho. Antes de sair para trabalhar todos os dias eu dou banho nele. Tenho um cuidado especial, e assim a gente vai levando”. Mesmo com tantas dificuldades, essas mulheres relatam que priorizam os cuidados com os bebês, o brincar, a atenção. O que nos faz pensar sobre a importância da atenção às famílias por parte do Estado, em especial às famílias providas por mães solas, implementando políticas públicas que assegurem condições de vida digna a estas e aos seus bebês.

## **A privação de renda**

Os efeitos econômicos da má distribuição de renda ficam mais evidentes na pandemia e são intensificados para aquelas que carregam as dificuldades estruturais cotidianamente e são atingidas com mais força, sem dúvidas há diferenças no impacto social da pandemia. A privação de renda para a subsistência foi uma das primeiras categorias que sobressaiu nos diálogos, as mulheres relataram as inúmeras dificuldades desde a perda do emprego, como é o caso de três das entrevistadas, Jéssica, Letícia e Tereza, e há ainda o caso da Francielli, com uma redução de 70% do salário.

Mesmo ocupando os postos mais vulneráveis de trabalho, essas mulheres tinham como garantir ao menos uma subsistência mínima. Com a pandemia o que se observa é que uma parcela das pessoas mais vulneráveis tem um agravamento dessa situação, e em alguns casos com consequências ainda mais intensificadas, como das mulheres que desempenham a maternidade solo, Tereza e Letícia. Essa privação de renda também é relatada no acesso a políticas públicas, no caso do auxílio emergencial. Todas as mulheres exercem funções com baixa remuneração, apenas uma delas conseguiu acessar o auxílio emergencial e por um curto tempo.

E os bebês? Como pensar nessa privação? Rosemberg (2006; 2015) aborda duas questões: a baixa prioridade das crianças nas políticas econômicas e sociais, o que incide em suas condições de vida, e a questão etária, quanto menores as crianças menor a sua valorização pública. Mesmo que a Constituição Federal (1988) represente um avanço nos direitos das crianças como sujeitos públicos, nesse período da pandemia da COVID-19 pouco se observa a concretização do preceito das crianças como sujeitos de direitos na prática, essas crianças ficam submetidas aos mesmos parâmetros sociais dos adultos, a pobreza feminina e sua reprodução intergeracional.

## **O confinamento**

Ao categorizar a experiência vivida por estas mulheres como confinamento, buscamos refletir sobre como a sobreposição de causas cumulativas impacta a vida dessas mulheres. O descaso estatal sentido na pele, as limita socialmente. Alguns dos fatores que abordamos: desemprego, privação da renda, a sobrecarga de atividades. Sem consideramos os fatores emocionais: os adoecimentos de ordem psíquica e física que essas situações acarretam, o que Carneiro (2011) chamou de asfixia social.

O confinamento em suas casas, “o duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (GONZALEZ, 2011, p.17). Como bem definem Letícia e Francielli ao falarem do impacto da pandemia nas suas vidas e como se sentem: “Agoniada, quero trabalhar, mas não tem ninguém para ficar com as crianças, se tivesse creche eu iria trabalhar, faz muita falta a creche” (Letícia) e “Sobrecarregada, cansada, frustrada” (Francielle). A agonia, sobrecarga, cansaço e frustração diante da impossibilidade de não poder trabalhar, não ter com quem compartilhar os cuidados com as crianças, de se ver sem renda, confina essas mulheres,

intensificando o processo de asfixia social, já presente em suas vidas, pela sua condição de mulheres negras em uma sociedade racista e patriarcal.

A manifestação da falta que a creche faz em suas vidas está diretamente relacionada a dois fatores identificados em suas narrativas. O primeiro, como já expressamos no início das nossas reflexões, refere-se ao fato de a creche ser praticamente a única política pública que abarca o compartilhamento da educação e cuidados dos bebês com as famílias, portanto, não contar com o seu funcionamento leva as mulheres a abrirem mão de suas ocupações laborais extra domiciliares, assim como de poderem desenvolver outras atividades como o cuidado consigo mesmas, como também apontaram as mulheres que não conseguiam vaga em creches para os/as filhos/as ouvidas por Mariana Veríssimo da Silva em Curitiba (2017).

O segundo ponto é o reconhecimento deste contexto como importante para o desenvolvimento dos bebês, como revelam as narrativas de Francielle: “A creche, a escola fazem muita falta, um lugar que eles brincavam, gastavam energia, se relacionavam. O Lucas aprendia muitas coisas com as crianças e a professora, se desenvolvia muito mais com o contato com/na instituição, a meu ver” e de Michele: “o Luiz Arthur precisa ir para creche, até pelo convívio com as crianças, ele estava se adaptando bem com as professoras e as outras crianças”.

E os bebês? Como pensar em perspectivas que nos ajudem a problematizar a sua condição nestes contextos quando os diálogos se dão entre adultos? Como ressoam suas vozes para que possamos de algum modo fazer jus a elas? “O Lucas quer pular, tirar as coisas do lugar, acorda agitado”. Os bebês a seu modo pelas múltiplas linguagens vão nos interrogando: quais os significados que têm cada relato que as suas mães descreveram sobre eles? O que nos informam os seus balbucios ouvidos ao fundo nas entrevistas? Um caminho a se seguir no intuito de avançar na intersecção geração, gênero e raça, pois as relações intergeracionais são centrais na compreensão dos lugares dos bebês e das mulheres na nossa sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A intenção inicial de compreender os impactos nas relações de educação e cuidado dos bebês no período da pandemia da COVID-19, a partir da análise de dados estatísticos e da escuta de mulheres negras, mães de bebês, ganhou uma dimensão mobilizadora de outras questões, pois as narrativas das mulheres nos conduziram a



pensar sobre um conjunto de questões estruturais que incidem na sua organização de vida.

As narrativas aqui visibilizadas, os dados estatísticos analisados e a literatura acessada nos dizem de vidas atravessadas por marcadores sociais produzidos ao longo da história a partir concepções, ações e políticas racistas, machistas, elitistas e adultocêntricas. Neste contexto, em que diferentes condicionantes estruturais atuam de modo interativo para definir um lugar de submissão a estas mulheres, as consequências da pandemia foram ainda mais cruéis. Destacamos que a maioria delas teve que abrir mão do seu trabalho extra domiciliar para se ocupar dos cuidados dos/as seus/suas filhos/as, ou teve cortes em seu salário, o que acarretou no enfrentamento de restrições em relação às suas condições de subsistência. Elas apontaram ainda que encontraram dificuldades para acessar políticas de apoio à resolução deste problema.

Um outro aspecto identificado em relação às condições de vida destas mulheres que se ocupam da educação e cuidado dos seus bebês se refere ao processo de confinamento social a que estão submetidas, não apenas em decorrência da pandemia, mas também pelas suas condições de vida, que acabam por promover uma asfixia social (CARNEIRO, 2011).

Tais conclusões nos permitem advogar em defesa dos estudos interseccionais, pois não há como compreender as condições de vida dos bebês se não os situarmos enquanto sujeitos com pertencimentos de classe, raça e de gênero. Relativamente a esta última categoria, não nos referimos apenas a construção da identidade de gênero do bebê, mas ao fato de que este pertencimento está diretamente vinculado às mulheres, que são aquelas que se ocupam de modo destacado dos seus cuidados.

Precisamos ainda avançar na interlocução entre os conhecimentos que temos produzido, os movimentos sociais e a elaboração e implementação de políticas públicas que visem mitigar as desigualdades. Neste sentido, cabe questionar por que as crianças de 0 a 3 anos seguem sendo as que têm menor acesso à Educação Básica? Por que as crianças negras seguem sendo as mais excluídas da política pública de creche, inclusive com processos de intensificação da desigualdade de acesso nos últimos anos? O que leva a este feito?

Roberto Pires (2019) aponta a importância de tomar os estudos interseccionais e multidimensionais para a construção de políticas públicas que visem mitigar as desigualdades e não ampliá-las, ainda que este possa ser um efeito destas políticas. Outro ponto destacado pelo pesquisador é que precisamos ter um “[...] olhar detido aos processos e atores envolvidos na implementação de políticas públicas” (PIRES, 2019,

p. 15). Corroboramos a sua proposição e seguimos com o desafio de ouvir quem implementa as políticas, mas não só, principalmente quem a elas tem direito e delas depende para o usufruto de uma vida digna e combativa dos processos de exclusão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades:** os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**, ano 10, v. 1, 2002, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 11 de setembro de 2007.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa.** Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HALLDÉN, Gunilla. **The metaphors of childhood in a preschool context.** Paper presented at AARE conference, Sydney, 27 Nov – 1 Dec 2005. Disponível em: <http://www.aare.edu.au/05pap/hal05001.pdf> Acesso em: 14/04/2008.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

NEYRAND, Gérard. **L'enfant, la mère et la question du père.** Un bilan critique de l'évolution de savoirs sur la petite enfance. Paris: PUF, 2000.

NEYRAND, Gérard. L'évolution du regard sur le lien parental Approche socio-historique de la petite enfance. **Devenir.** Volume 21, n.1, p. 27-55. 2002.

OXFAM. **Tempo de cuidar.** O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxford: OXFAM, 2020. Disponível em: [https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120\\_Tempo de Cuidar P T-BR sumario executivo.pdf](https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf) Acesso em: 01/07/2020.

PIRES, Roberto. Introdução. In: PIRES, Roberto (org.) **Implementando desigualdades:** reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, p. 13-50. 2019.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. Introduction e A New Paradigma for the Sociology of Childhood? Provenance, promise and problems. 2ª ed. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and Reconstructing Childhood.** London and New York: Routledge, p. 1-33. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Balanço e reflexões sobre desigualdades de raça e gênero no sistema educacional brasileiro. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S. **Escritos de Fúlvia Rosemberg.** São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, p. 124-149. 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, jul./set. 2014, p. 742-759.

ROSEMBERG, Fúlvia. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: Freitas, Marcos Cezar de. **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude.** São Paulo: Cortez, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, julho de 1999, p. 7-40. 1999.

**Angela Scalabrin Coutinho**

Doutora em Estudos da Criança  
Departamento de Teoria e Prática de Ensino  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba, Brasil  
[angelamscoutinho@gmail.com](mailto:angelamscoutinho@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-3709-8561>

**Cintia Cardoso**

Mestra em Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba, Brasil  
[cintiaafloripa@gmail.com](mailto:cintiaafloripa@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-5892-2938>

**Endereço de correspondência do principal autor**

Rua Rockfeller, nº 57 - Sala 227, Rebouças, CEP: 80230-130, Curitiba – PR, Brasil

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos às mulheres que participaram do estudo nos cedendo as entrevistas, mesmo em um contexto tão adverso.

**CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** A. S. Coutinho, C. Cardoso

**Sistematização dos dados quantitativos:** A. S. Coutinho

**Coleta de dados qualitativos:** C. Cardoso

**Análise de dados:** A. S. Coutinho, C. Cardoso

**Discussão dos resultados:** A. S. Coutinho, C. Cardoso

**Revisão e aprovação:** A. S. Coutinho, C. Cardoso

#### **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

#### **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

#### **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

#### **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

#### **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 04-01-2021 – Aprovado em: 12-01-2021